



MÚSICA E CENSURA DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3880

Adriana Aparecida Pinto, UFGD
Daniele Alves Craveiro, SED-MS
Fernanda Dalmazo Garcia, UFGD
Fernanda Siqueira Ortiz Fernando, UFGD
Fernando Santos Maciel, UFGD
Roberta Lima Costa, UFGD

Resumo

Este é resultado de aulas-oficina dos pibidianos do curso de História, da Universidade Federal da Grande Dourados, junto à Escola Estadual Professora Floriana Lopes, localizada na cidade de Dourados (MS), sobre censura musical na Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985) ocorrida no Brasil. O objetivo é apresentar e discutir o papel das músicas de protesto e músicas cafonas, entender a censura interpretando e contextualizando as letras, permitindo compreender a repressão da época. O trabalho foi realizado com turma de Terceiro Ano do Ensino Médio. Metodologicamente buscou-se a interdisciplinaridade entre História e a disciplina de Língua Portuguesa. Inicialmente houveram discussões sobre o período foram selecionadas músicas, também foram examinadas melodia, harmonia e letra, possibilitando o entendimento do contexto na qual as mesmas estavam inseridas. Em um segundo momento, trabalhamos com as músicas discutidas de forma que o aluno tivesse compreensão do papel da música de protesto e cafona, e aprendesse a questionar seus principais pontos (econômico, político e social). Para analisar as músicas, os alunos tiveram acesso às letras, às melodias e, em alguns casos aos vetos dos censores. A terceira etapa resultou na confecção de uma revista. Os alunos foram divididos em grupos, pesquisaram e analisaram músicas, diferentes das apresentadas pelos pibidianos, e temas como: Ato Institucional nº 5, Artistas e Censura, entre outros. Após as discussões os alunos escreveram artigos sob a orientação dos pibidianos. Como resultados, observamos um desenvolvimento crítico e uma melhora na compreensão histórica dos alunos sobre a época, além do desenvolvimento da prática docente dos pibidianos.

Palavras Chave:

Censura; Ditadura Civil-Militar; Ensino de História; Música; PIBID.

Introdução

A música é um produto cultural que procura evocar experiências e constitui um estímulo ao ouvinte, assumindo várias funções, “mas além de ser veículo para uma boa ideia, a canção (e a música popular como um todo) também ajuda a pensar a sociedade e a história. A música não é apenas ‘boa para ouvir’, mas também é ‘boa para pensar.’” (NAPOLITANO, 2002, p. 8).

A música acompanhava, entre os jovens da década de 1.960 e 1.980, a ânsia pelo conhecimento político e a necessidade de estar ativo na cena, pois a repressão pairava sobre o país. Segundo Napolitano, “a história da música popular no século XX revela um rico processo de luta e conflito estético e ideológico”.

O objetivo é entender como a música foi tratada no período da Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985) e compreender o papel desta como fonte de reflexão, muitas vezes, como único meio de protesto. Este período foi um marco na história do Brasil do século XX e seus efeitos negativos perpassam até os dias de hoje. É sabido que os militares se mantiveram no poder durante 21 anos (entre 1964 a 1985) e que o regime contou com o amplo apoio de setores civis, tanto no golpe como na sua permanência e atuação repressiva. Ao contrário dos historiadores que alegam que ditadura e a violência só existiram durante a vigência do Ato Institucional N° 5 (AI-5)¹, como o Marcos Villa (2014), Carlos Fico (2015) dá ênfase à permanência da linha dura no poder e seu caráter repressivo, sem

desconsiderar a violência que esteve presente durante todo o regime.

A violência iniciada em 1964 se fortalece em 1968 com a institucionalização e reorganização de aparatos repressivos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), controlado pela linha dura para espionar qualquer cidadão brasileiro suspeito de subversão. Os principais aparatos deste órgão, denominado Sistema de Segurança Interna do País (Sissegim), eram o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), o famoso e temido DOI - Codi, onde muitas pessoas foram torturadas e mortas. Além da espionagem e “segurança”, encontravam - se ainda órgãos contra a corrupção², de propaganda³ e de censura.

Fico salienta que existiam dois tipos de censura: uma de caráter moral e outra política.

Desde os anos 1940, existia a censura de diversões públicas, que cuidava de coibir “atentados à moral e aos bons costumes” no teatro, na música, no cinema e, após os anos 1950, na TV. (...) Essa censura moral era feita por um órgão público, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) (2015, p. 82).

A censura moral, portanto, não foi fruto da Ditadura Civil-Militar, e sim da ditadura varguista, mas durante o regime ela foi também “politizada” (FICO, 2015, p. 82)⁴. Ou seja, nenhum tipo de crítica, sátira ou questionamento

¹ O AI-5 é por vezes chamado pela historiografia nacional e por jornalistas de “golpe dentro do golpe”, por tornar a ditadura ainda mais antidemocrática com as medidas de eliminação de direitos como *habeas corpus*; proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas; concessão de direitos extraordinários ao presidente da república como o de fechamento do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de

Vereadores, e intervenção nos Estados e Municípios; entre outros.

² Comissão Geral de Investigações (CGI)

³ Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp)

⁴ Além da censura exercida pelo DCDP, outros órgãos foram criados para exercer a censura propriamente política, com o Setor de Imprensa do Gabinete (Sigab), que controlava especificamente a imprensa.

ao regime era permitido, pois o Estado detinha o controle de todos os meios de informação. Portanto, a violência se deu de inúmeras formas: espionagem, censura política e moral, propagandas políticas, uso da violência através da polícia política. Nesse sentido, faz-se necessário compreender tanto os meios de repressão como os meios que os artistas encontraram para burlar esta repressão.

O papel da música

Segundo Pinheiro (2010) “a MPB representou, durante aquele período, um dos maiores e mais fortes instrumentos de reflexão, comunicação e formação de opinião” e foi a partir deste objetivo de mostrar a população o cenário político, que diversos grupos se destacaram na luta contra a opressão, e este papel coube aos artistas que contribuíam com a música, peças de teatro, filmes, na literatura encontrando diversas formas de informar a população.

Mesmo censurados pelos órgãos de repressão, a música de protesto se intensificou após a concretização do “golpe dentro do golpe”⁵. Com a chegada da censura, os artistas foram cada vez mais coagidos e a necessidade de se expressar se fortaleceu. Para a execução das produções, utilizavam diferentes estratégias, contavam com a ineficiência de alguns censores.

Muitas músicas passavam pela censura por ser de difícil compreensão. Os artistas usavam recursos linguísticos como metáforas, metonímia, ironia, construções dialéticas, etc. Além disso, muitos censores não eram pessoas capacitadas para este tipo de análise, muitos eram

funcionários públicos readaptados ou esposas de militares (GOUVÊA, 2014, p. 26).

Um exemplo de estratégias é o uso da metáfora, “para transmitir mensagens políticas na música [...] a transferência semântica desses termos era essencial para o diálogo entre compositor e plateia, de forma a colaborar significativamente para a persuasão” (GOUVÊA, 2014, p.28). E esse recurso fica claro na música “Cálice” (1.973) de Chico Buarque e Gilberto Gil quando os mesmos usam *cálice* como uma metáfora do verbo calar. Além desta clara referência ao verbo, é importante destacar que a música faz alusão tanto à Bíblia quanto ao período em destaque, e podemos perceber o recurso da metáfora neste trecho:

Pai! Afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor e engolir a labuta?
Mesmo calada a boca resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
[...]

Em seu trabalho, Gerodetti analisa a música e afirma que:

“a metáfora remete à dificuldade de “beber dessa bebida amarga”, ou seja, à dificuldade de viver nessa situação, presenciar toda a repressão e não poder fazer nada. [...] Já o “silêncio na cidade”, seria o silêncio causado pela censura que, como não era permitido se expressar contra o governo, transparecia a ideia de não existir opiniões contrárias ou pessoas contrárias ao regime militar.” (2012, p. 10)

A música é comunicação, e é um dos maiores instrumentos de reflexão e

recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc.”. Em função do extenso impacto exercido, intelectuais inseridos na historiografia passaram a nomear tal episódio como um “golpe dentro do golpe”.

⁵ Como consequência às mobilizações providas do Movimento Operário e do Movimento Estudantil, na datação de 1968, o governo de Costa e Silva implantou o Ato Institucional número 5 (AI-5). Conforme pontuações de Antunes e Ridenti (2007), neste periódico “o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram colocados temporariamente em

formação de opinião (PINHEIRO, 2002, p. 30), a partir dessa ideia, os músicos procuravam mostrar para a sociedade que a nossa liberdade e outros direitos estavam sendo extintos, que pessoas estavam sendo presas, torturadas e exiladas por serem contra a ditadura, como foi o caso de Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, ou deixaram de lado sua carreira, como Geraldo Vandré. A música dava forças para aqueles que iam para linha de frente contra a repressão, como os estudantes, conscientizando a sociedade da situação política na qual estavam vivendo.

A produção musical do período evidencia a ação de combate e protesto realizada pelos cantores e compositores da MPB, desconsiderando e, até mesmo, ignorando a produção musical – do mesmo período – de artistas julgados como “cafona”, por não se encaixarem no refinamento musical que era necessário para se fazer música de protesto, além do mais eram vistos como cantores do povo o que colaborou para que fossem desprezados por críticos e historiadores musicais. Esse gênero musical era considerado marginalizado, símbolo de mau gosto e atrasado. Tinha por características: letras com rimas fáceis, palavras simples e melodias com forte apelo sentimental, esse segmento da música brasileira ficou conhecido por representar as histórias e trajetórias dos cantores. Outra particularidade é a forte presença de temáticas relacionadas à falta de dinheiro, migração e a falta de sorte no amor. No auge do período, esses artistas foram alvos da repressão e fizeram sucesso, principalmente por conta da atenção voltada à realidade social do país.

Artistas “cafona” como Waldik Soriano, Odair José, Luiz Ayrão e Dom & Ravel sofreram censura moral por cantarem músicas que não estavam de acordo com a moral e os bons costumes, como afirma Setemy (2008, p. 5):

“O regime assumia orgulhosamente a tarefa de censurar, já que a missão

era tanto aceita como também reclamada e sugerida por parte da sociedade civil, temerosa de que o relaxamento dos costumes e o abrandamento dos formalismos comportamentais, especialmente entre os jovens, consistisse em uma suposta via de entrada para o comunismo”.

A música cafona não teve atitude meramente conformista ou adesista, mesmo às margens do processo político esses artistas conseguiram através de suas composições falarem e serem ouvidos.

Metodologia

O trabalho em questão será realizado em etapas que estão em construção. A subdivisão ocorreu em três diferentes estágios: o primeiro, um estudo detalhado sobre a Ditadura Militar e aprofundamento na aplicabilidade da censura neste período, dando ênfase à música através da bibliografia já existente que dê fundamentação e subsídios teóricos.

Optamos por trabalhar simultaneamente textos referentes ao tema e músicas censuradas para serem interpretadas, analisadas e contextualizadas, de acordo com o conhecimento que estava sendo construído. Procurou-se ao longo do trabalho diversificar essas músicas, buscar diferentes tipos de gênero musical e de censura feita, para dar assim um arcabouço maior de conhecimento a respeito do assunto.

A segunda fase será trabalhada em forma de aula-oficina, cujo objetivo principal é fazer com que o aluno produza seu próprio conhecimento a partir das discussões promovidas pelos pibidianos e com o apoio da professora de Língua Portuguesa, compreender cada estratégia utilizada pelos autores nas mais variadas canções, facilitando o entendimento do contexto político-social vivido no momento. Neste período será de suma importância a interdisciplinaridade, visto que “além do desenvolvimento de novos

saberes, a Interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação da realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas”. (FAZENDA, 2011, p. 22)

A terceira fase do trabalho será a de confeccionar uma revista, elaborada com artigos feitos pelos alunos e com a supervisão dos bolsistas. É importante ressaltar a importância da troca de produção feita por alunos/professores, assim é possível contribuir para a fomentação de saberes, e possibilitar um entendimento maior do assunto discutido.

Considerações finais

Entender como a música de protesto e suas variações contribuíram para denunciar, de forma velada, e chamar a atenção da população sobre o período de violenta repressão e censura pelo qual estava passando, a fim de permitir que o aluno compreenda que a História é além dos livros didáticos, e acima de tudo, está nas nuances do dia-a-dia. Escolher trabalhar com música em um momento tão crítico do Brasil e compreender a forma como os autores lutavam com o único instrumento que tinham em mãos – sua arte –, faz com que percebamos que o papel, tanto do historiador quanto do cidadão, é garantir que seus direitos sejam respeitados e que isso deve ser feito com todas as armas disponíveis no momento – a abordagem extensiva contribui para com uma maior compreensão do cenário social e evidencia um fracionamento nos exercícios repressivos, tornando gritante a complexidade e particularidades presentes. Nem todas as músicas de protestos eram para todos os ouvintes, no entanto, é a partir da música que se permite refletir. É fato que nosso trabalho está em andamento, no entanto percebemos que ao apresentar um tema recorrente à História de forma diferente, por meio da música, despertamos um interesse em analisar e questionar o passado contextualizando com o presente, partindo deste empenho dos alunos

podemos conjecturar uma revista com rico conteúdo a despertar o interesse da comunidade escolar.

Referências

- ANTUNES, Ricardo e RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. In: **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. nº 2, v.12, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro não**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- GERODETTI, Ana Luíza Palumbo. **As canções de Chico Buarque no contexto da ditadura militar brasileira**. 2012. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/geral/as-cancoes-de-chico-buarque-no-contexto-da-ditadura-militar/>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- GOUVÊA, Maria Aparecida Rocha. "Você corta um verso, eu invento outro": o poder linguístico-discursivo da música de protesto no período da ditadura militar. In: **Literatura e Autoritarismo**. nº 23, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/LA/article/view/13954>> acesso em 14 abr. de 2017
- NAPOLITANO, Marcos. “Música e História do Brasil”. In: **História & música – história cultural da música popular**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PINHEIRO, Manu. **Cale - se A MPB e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2010.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **“Em defesa da moral e dos bons costumes”: a censura de periódicos no regime militar (1964-1985)**. 2008. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205239/4101474/artigo_adriana_cristina.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2017.